

PERFIL DOS USUÁRIOS DOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DE PORTO ALEGRE: UM ESTUDO PRELIMINAR

PROFILE OF USERS OF MENTAL HEALTH SERVICES FOR ALCOHOL AND OTHER DRUGS IN THE CITY OF PORTO ALEGRE: A PRELIMINARY STUDY

Loiva dos Santos Leite*

Marco Antonio Pires de Oliveira**

Sara Jane Escouto dos Santos***

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar um levantamento preliminar realizado sobre o perfil dos usuários que acessam os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPS AD), na cidade de Porto Alegre. O levantamento foi realizado por meio de pesquisa nos prontuários dos usuários que acessaram os serviços no período de junho a novembro de 2014, com questões sobre sexo, faixa etária, raça/cor, estado civil, grau de instrução, moradia, ocupação/renda e droga de eleição. Foi totalizado um número de 1.125 usuários que acessaram os cinco CAPS AD. O perfil dos usuários que acessam os serviços, neste período, aponta para algumas especificidades: são predominantemente homens, adultos, concentrados na faixa etária dos 30 aos 50 anos, brancos, com baixa renda o que pode ser associado ao fato de estarem desempregados ou sem trabalho no momento em que acessaram o CAPS AD, solteiros e morando com a família. A droga de prevalência foi o álcool, seguida do crack e cocaína. Constatou-se que um número significativo de usuários de álcool está buscando atendimento nos CAPS AD, apesar do foco da política de drogas estar direcionado ao uso de crack. Por fim, a análise dos dados traz alguns indicativos importantes para serem problematizados como o investimento em ações no âmbito da saúde pública que possam ampliar o escopo da atenção aos usuários de todos os tipos de drogas e, em especial, de drogas lícitas como o álcool.

PALAVRAS-CHAVE

Centros de Atenção Psicossocial.
Usuários de Drogas. Saúde Mental.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present a preliminary survey on the profile of users who attend the Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (Psychosocial Care Center for Alcohol and other Drugs – CAPS AD) in the city of Porto Alegre. The survey was conducted by searching the records of users who accessed the services from June to November 2014, with questions about gender, age, race/color, marital status, level of education, housing, employment/income and drug of choice. The number of users who accessed the five CAPS AD totaled in 1125. The profile of users accessing services during this period points to some specifics: they are predominantly men, adults, concentrated in the age group from 30 to 50, white, with low income which can be associated with the fact of being unemployed or without a job at the time they accessed the CAPS AD, unmarried and living with family. The drug prevalence was alcohol, followed by crack and cocaine. One of the findings was that a significant number of alcohol users are seeking care in CAPS AD, despite the fact that the drug policy is focused on crack use. Lastly, data analysis points to some important indications to be problematized such as investments in actions in the public health scope, which could extend the range of care for users of all types of drugs and especially legal drugs like alcohol.

KEYWORDS

Psychosocial Care Centers.
Drug users. Mental health.

*Psicóloga. Doutora em Psicologia Social PUCRS. Assessora Técnica em Saúde Mental. Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

**Sociólogo. Especialista em Humanização e Gestão da Atenção no SUS. Assessor Técnico em Saúde Mental. Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

***Assistente Social. Mestre em Serviço Social. Assessora Técnica em Saúde Mental. Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Correspondência

Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, RS.

Av. João Pessoa, 325, 2º andar – Cidade Baixa – Porto Alegre – RS – CEP 90040-000.

E-mail: *loivaleite.psi@gmail.com | **marco.antonio@sms.prefpoa.com.br | ***saraes@sms.prefpoa.com.br

INTRODUÇÃO

O uso de drogas é um tema recorrente, especialmente em tempos de crack em que a atenção da sociedade e de suas diferentes instituições se direciona para as cenas de uso e para os efeitos que o uso problemático dessa droga evidencia. No Brasil, alguns estudos foram realizados (DUARTE; STEPLIUK; BARROSO, 2009; BRASIL, 2010; BRASIL, 2013) com o propósito de analisar o fenômeno e, evidentemente, apontar soluções para essa questão que envolve não só o tratamento em si, mas também, a compreensão do que o uso abusivo possa significar no âmbito da vida individual e coletiva.

Segundo MacRae (2003, p. 1), as pessoas utilizam diferentes tipos de drogas desde a pré-história, com diferentes finalidades como obter prazer em festas, por exemplo, ou mesmo para desencadear estados de êxtase como em rituais místicos ou religiosos. As drogas também podem ser utilizadas com fins curativos “seja no bojo de práticas religiosas tradicionais, seja no contexto médico-científico da atualidade”. Nesse sentido, os determinantes do uso de substâncias psicoativas podem estar atrelados a modos de ser e de viver, ou como parte das necessidades humanas circunscritas a determinados contextos sócio-econômico-culturais ou mesmo religiosos.

Assis, Barreiros e Conceição (2013, p. 589) destacam que o uso de drogas não pode ser reduzido a uma “relação linear de causa e efeito”, com leituras reducionistas, fragmentadas e deterministas. As autoras apresentam quatro concepções acerca da “problemática da drogadição e seus respectivos desdobramentos e implicações: a jurídica-moral, a biomédica, a psicossocial e a sociocultural”. Na primeira concepção as drogas são consideradas como um “mal a ser combatido”, associando o uso a um prazer maléfico e que

afasta as pessoas “do bem”. Abstinência, controle e repressão são as formas de tratar a drogadição e livrar a sociedade desse mal. Na concepção biomédica o uso de drogas é tomado como uma doença e o tratamento deve priorizar a internação para desintoxicação e o uso de medicamentos. Essas duas primeiras concepções exercem grande influência na sociedade é possível vislumbrar “a noção de uma sociedade livre de drogas” (ASSIS; BARREIROS; CONCEIÇÃO, 2013, p. 589). Essa perspectiva, “que exclui qualquer dinâmica evolutiva, implica uma ética reacionária, a qual leva a um posicionamento favorável a uma política proibicionista”, conforme escreve Moreira (2012, p. 633).

As concepções psicossocial e sociocultural incluem outros fatores à dinâmica do uso de drogas, referem Assis, Barreiros e Conceição (2013). Nessas compreensões, a redução de danos é uma estratégia fundamental para a atenção aos usuários e passa a ter destaque na Política Nacional de Saúde Mental justamente por levar em consideração aspectos sociais e culturais na abordagem terapêutica.

Desse modo, pode-se pensar que o uso de drogas é mais do que aquele comportamento autodestrutivo que aparece na demanda reprimida de atenção em saúde mental. Há indicativos de que este comportamento específico responde a um conjunto de determinantes para sofrimento psíquico que não são desencadeados isoladamente pelo uso de substâncias. Podem estar em jogo determinantes biopsicossociais articulados num cenário mais amplo em que a cultura do uso de substâncias seria apenas mais uma circunstância. De acordo com MacRae (2003), o uso de substâncias psicoativas, mesmo quando formalmente proibido, é utilizado no contexto de algum tipo de regulação cultural. Leis e valores hegemônicos não são inibidores suficientes do consumo:

Portanto para realizar um trabalho de prevenção ao abuso de drogas que seja efetivo, é necessário começar por procurar conhecer o contexto sociocultural em que ocorre o seu uso, buscando entender a sua lógica interna. Em se tratando do uso de substâncias ilícitas esse tipo de proposta muitas vezes encontra resistência tanto a nível individual quanto em esferas institucionais [...]. Esbarra-se, então, em questões sociais de ordem estrutural, pois a estigmatização das drogas ilícitas e de seus usuários vem desempenhando importante papel na atual ordenação da sociedade com todas as suas desigualdades (MACRAE, 2003, p. 1-2).

O cenário é complexo e exige, no campo das políticas públicas, respostas que possam transcender os aspectos que reduzem o uso de drogas a determinações biológicas e comportamentais. A compreensão precisa abarcar também, como já colocamos, as características culturais e sociais em que nossa sociedade contemporânea se insere. Nesse sentido, a atenção aos usuários de drogas pode ser ampliada e diversificada na medida em que a leitura é contextualizada e atravessada por inúmeros fatores, extrapolando a lógica de causa-efeito.

Em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, o cenário do uso de drogas não difere da maioria das capitais do país e também é permeado por todas as concepções que apresentamos acima. O crack, droga com grande repercussão social, faz parte do cotidiano de vários porto-alegrenses seja como usuários, familiares ou como profissionais da saúde ou assistência social. No âmbito da saúde pública, observa-se um número significativo de usuários que buscam nas emergências de saúde mental respostas rápidas e resolutivas para o uso problemático de drogas, em especial o crack. Esse aspecto nos leva a constatar que a compreensão acerca

do tratamento ainda está muito centrada na internação hospitalar e na lógica abstinência o que, invariavelmente, não é resolutivo e leva os usuários ao fenômeno da porta-giratória (RAMOS; GUIMARÃES; ENDERS, 2011). Ou seja, são várias internações e recaídas em curtos períodos de tempo sem respostas que possam ser efetivas na atenção aos usuários com o uso abusivo ou problemático de drogas.

No âmbito da atenção aos usuários de drogas, além das emergências e da internação, a cidade conta com cinco Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas (CAPS AD), além de ambulatórios, consultórios na rua e ações na atenção primária em saúde. Os CAPS AD são os serviços territoriais estratégicos para acolher os usuários de drogas e devem trabalhar na lógica da redução de danos, devendo promover ações de cuidado integral, com base em planos terapêuticos singulares. Com o objetivo de conhecer os usuários que acessam os CAPS AD da cidade, realizou-se um levantamento acerca do perfil dos mesmos. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar o resultado deste levantamento e problematizar alguns aspectos que consideramos importantes para pensar ações no campo da saúde pública direcionadas aos usuários de drogas. Ressalvando as especificidades, utilizamos a pesquisa divulgada pelos ministérios da Justiça e da Saúde, encomendada pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) à Fiocruz, que apresenta o perfil dos usuários de crack/similares no país, como parâmetro para problematização dos resultados.

Quem são os Usuários dos CAPS AD de Porto Alegre?

Para realização do levantamento sobre o perfil dos usuários que acessam os CAPS AD da rede de saúde mental de Porto Alegre uti-

lizou-se um questionário com as seguintes variáveis: sexo, faixa etária, raça/cor, estado civil, grau de instrução, moradia, ocupação/renda e droga de eleição.

O levantamento foi realizado por meio de pesquisa nos prontuários dos usuários que acessaram os serviços no período de junho a novembro de 2014. Foi totalizado um número de 1.125 usuários que acessaram os cinco CAPS AD no período de seis meses – junho a novembro de 2014. Isso corresponde a uma média de 225 usuários por CAPS AD, com 37,5 ingressos/mês. Os dados foram sistematizados por serviço e, posteriormente, por agrupamento de questões, com totalização dos dados dos cinco CAPS AD. É importante destacar que o preenchimento do questionário apresentou dificuldades por parte de alguns serviços, devido à falta de informações no prontuário. Dessa forma, alguns CAPS não puderam responder a totalidade das questões, elevando o percentual do item “sem informação”, o que prejudicou a leitura quantitativa da mostra. Nos itens abordados não se distinguiu os CAPS por tipo II ou III, optando-se por trabalhar com dados globais. Porém, as diferenças entre os tipos de CAPS AD precisam ser destacadas em levantamentos posteriores de maneira a qualificar a mostra e os resultados.

Nesse sentido, podemos considerar que os resultados são preliminares e que o instrumento precisa ser qualificado para futuros levantamentos. Contudo, avaliou-se que

esse primeiro exercício de caracterizar ou conhecer quem são os usuários que acessam os CAPS AD da cidade já traz alguns indicadores importantes de serem analisados e, conseqüentemente, avançar no planejamento de ações no âmbito da saúde pública que possam ampliar o acesso aos serviços, assim como na abrangência e qualificação do trabalho com os usuários de drogas. Após a sistematização dos dados, os mesmos foram apresentados aos coordenadores dos CAPS AD para que pudessem avaliar os resultados. Todos os CAPS AD ratificaram os dados referentes ao perfil dos usuários como sendo a realidade dos acolhimentos que vivenciaram no cotidiano dos serviços.

A seguir apresentamos a discussão de alguns dados encontrados

Os usuários são predominantemente do sexo masculino, totalizando 934 homens e 188 mulheres, o que representa 83% das pessoas com uso problemático de drogas que acessam os CAPS AD. Esse parâmetro não difere significativamente de pesquisas nacionais que indicam a prevalência de homens em tratamento nos serviços da rede de serviços para usuários de álcool e drogas (AD). Na pesquisa apresentada pela Fiocruz/Senad (BRASIL, 2013), os usuários de crack do sexo masculino têm uma prevalência de 78,7% nas cenas de uso. (Gráfico 1)

Gráfico 1 - Sexo



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

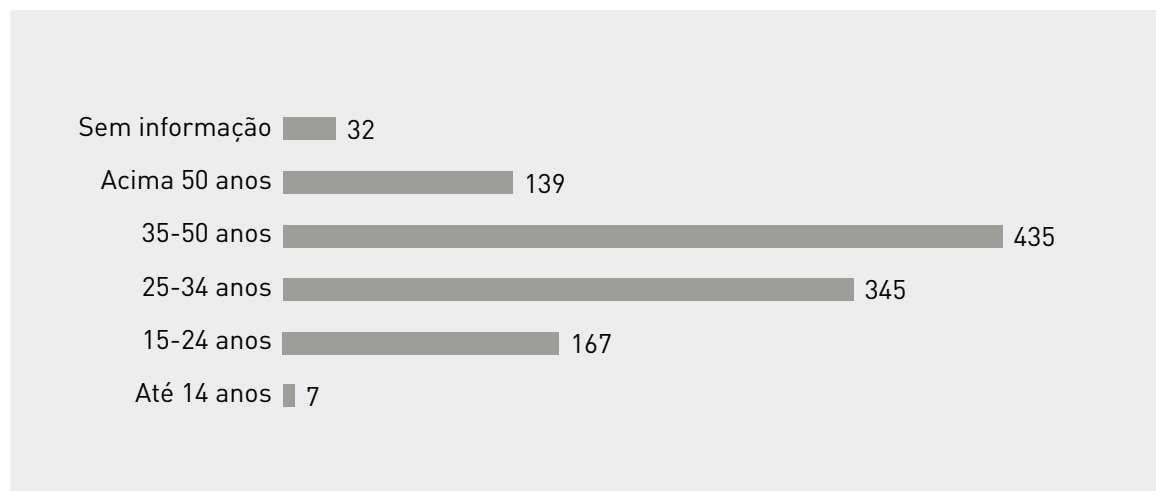
Esse dado identificou uma concentração de usuários adultos, na faixa etária dos 30 aos 50 anos, com 614 pessoas (54,5%), sendo que desses 435 situam-se entre os 35 a 50 anos. Na pesquisa Fiocruz/Senad (BRASIL, 2013, p. 7), a média de idade ficou em 30 anos, ou seja, são adultos jovens, com cerca de 30% situados na faixa de 18 a 24 anos. O padrão de idade encontrado no levantamento realizado nos CAPS AD diferencia-se dos dados dos usuários de crack/similares pesquisados no país. Contudo, esse aspecto vai ao encontro do que a pesquisa apresenta com relação ao acesso aos CAPS AD pelos usuários pesquisados. Os achados mostram que apenas 6,3% utilizaram o serviço “nos últimos 30 dias que antecederam a pesquisa” (BRASIL, 2013, p. 27), corroborando com perspectiva de que os usuários mais jovens não acessam os Centros de Atenção Psicossocial. Essa informação, segundo o estudo, demonstra a necessidade de “ampliação e fortalecimento desses equipamentos no âmbito da rede de saúde” (BRASIL, 2013, p. 27).

Por outro lado, os usuários mais jovens estão acessando os atendimentos via emergências de saúde mental e, na sequência,

internam em leitos hospitalares na rede de Porto Alegre. Uma parte significativa desses usuários chegam até o atendimento por determinação judicial provocada por familiares, serviços de proteção e instituições socioeducativas. No ano de 2014 houve 350 internações na faixa etária dos 10 aos 19 anos, mantendo a média do ano anterior quando foram 349 internações. Destas 67,3% foram decorrentes de transtornos mentais devido do uso de álcool e outras drogas, sendo predominante as internações devido ao uso de crack em associação com outras drogas.

Uma análise preliminar pode nos indicar que os CAPS AD necessitam ofertar propostas de atendimentos que dialoguem, de modo mais apropriado, com as características e necessidades de usuários mais jovens, de maneira a mantê-los vinculados a proposta do serviço. Importante destacar que o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014), ao problematizar a atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS, destaca a relevância de uma abordagem intersetorial em correspondência a complexidade das situações de vulnerabilidade afetadas a esses usuários. (Gráfico 2)

Gráfico 2 - Faixa etária



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

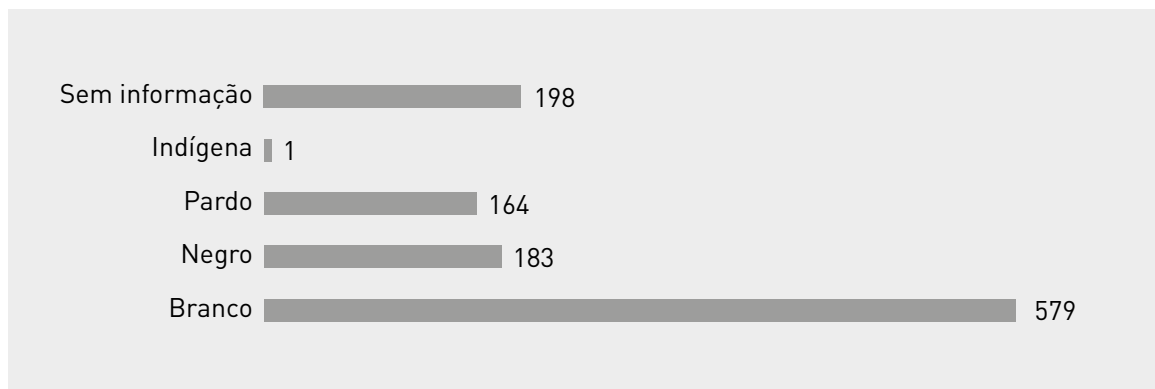
O dado quanto à cor mostra que a maioria dos usuários que acessam os CAPS AD são brancos (579), seguido de negros (183), pardos (164) e sem informação (198). A soma das populações negra e parda atinge um total de 347 (37%) usuários, dado que é superior à proporcionalidade referente ao censo de 2010 onde a população negra no município totaliza 20,24% e a população branca 79,23%. Outros indicadores de saúde e de vulnerabilidade, tais como: condições de nascimento, moradia, acesso a trabalho e renda, educação, contaminação por doenças infectocontagiosas (BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO, 2010; OBSERVANDO..., 2013) encontram alta prevalência na população negra. Entretanto, a análise mais qualificada desse item ficou prejudicada devido ao elevado número em que não consta a informação, o que sugere a invisibilidade do recorte raça/cor no momento do ingresso do usuário no serviço. (Gráfico 3)

Os usuários são predominantemente solteiros (48,7%), seguido de casados, com união estável e separados. Casados (225) e em união estável (118) representam 35% dos usuários. Vinte e dois usuários declararam ser viúvos. 75 prontuários não tinham

essa informação. O censo de 2010 (IBGE, 2010) refere que a proporção de solteiros na população geral do Brasil é de 55,3%. O número de solteiros (548) associado ao número de separados (95) e de divorciados (42), corresponde a 60,8% dos usuários atendidos nos CAPS AD. Esse dado remete à dificuldade que as pessoas podem ter em manter relacionamentos estáveis quando em uso problemático de drogas. O dado encontra proximidade ao estudo realizado por Almeida (2013) em que analisa fatores para abandono de tratamento em usuários de CAPS AD. A autora refere que a qualidade do vínculo familiar pode influenciar na permanência do usuário em tratamento, salientando que a categoria de qualidade ruim, rompida ou ótima das relações pode ser fator de busca e manutenção do cuidado, enquanto a boa relação é fator que predispõe ao abandono (ALMEIDA, 2013). (Gráfico 4)

Com relação à escolaridade 39% dos usuários possuem ensino fundamental incompleto, o que não difere significativamente de estudo publicado por Vargens, Cruz e Santos (2011), em que apontam 31%. Se

Gráfico 3 - Raça/cor

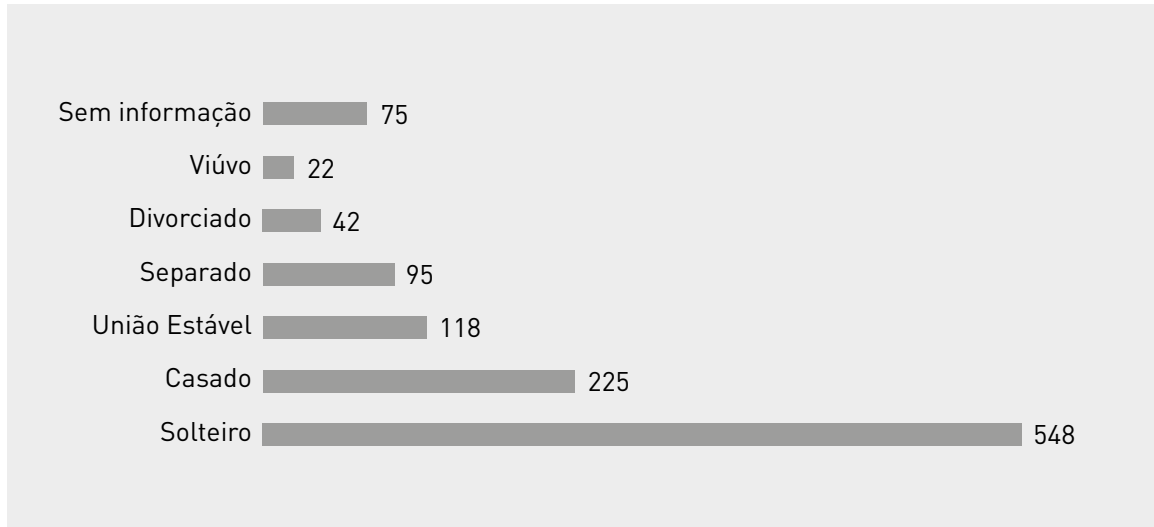


Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

somarmos os usuários com escolaridade superior ao ensino fundamental incompleto temos o quantitativo de 46,5% de usuários. Esse dado associado ao fator idade pode in-

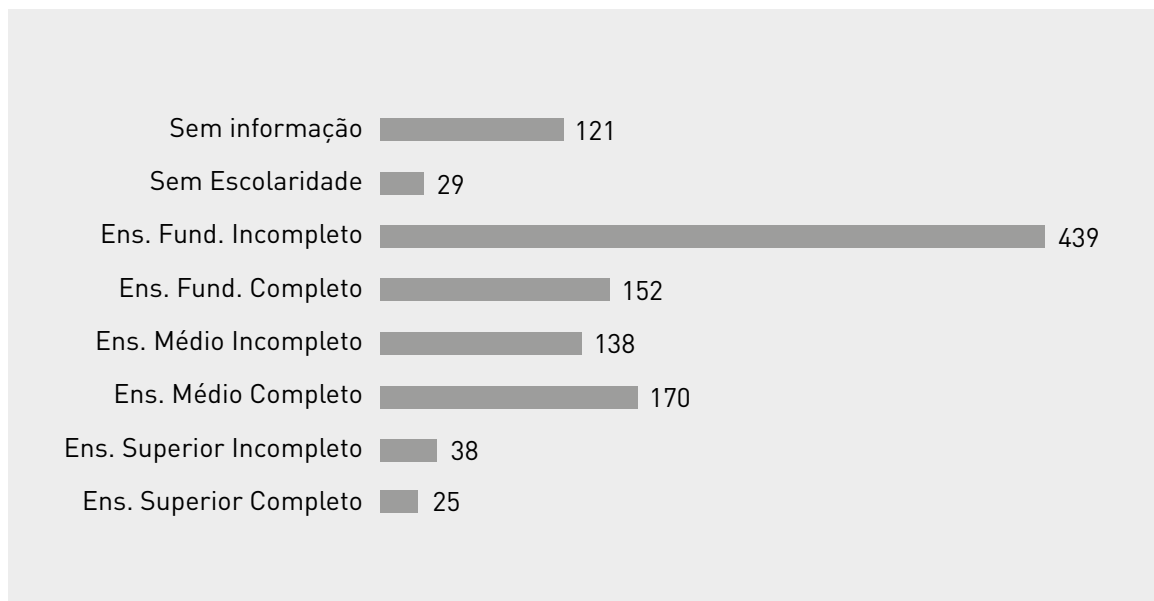
dicar que esses usuários podem ter iniciado o uso de drogas já na idade adulta, ou ainda, que o uso não impediu a continuidade dos estudos escolares. (Gráfico 5)

Gráfico 4 - Estado civil



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

Gráfico 5 - Escolaridade

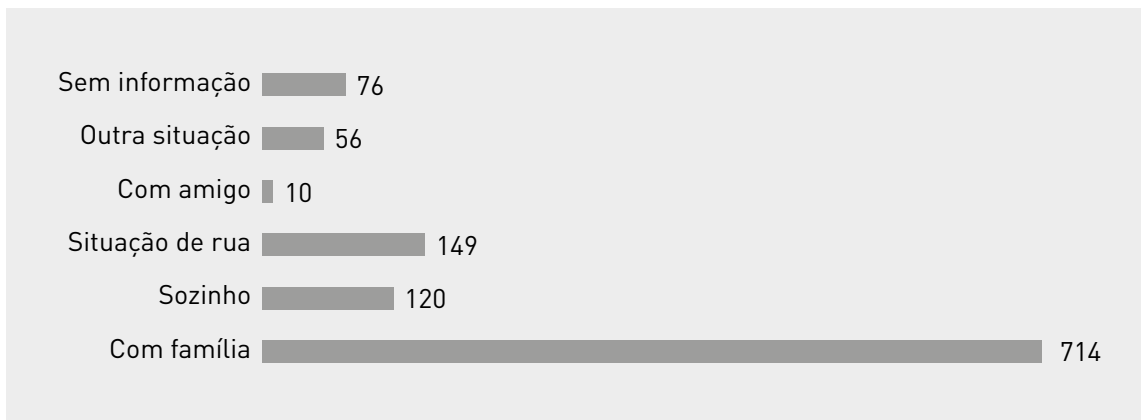


Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

Nos prontuários pesquisados 63,5% dos usuários relataram morar com a família, o que evidencia um padrão de relacionamento familiar preservado em alguma medida. Entretanto, havia 149 pessoas em situação de rua, que representam 13% do total de usuários. Chama atenção que esse percentual é superior ao de pessoas vivendo sozinhas ou em outra situação (5%), o que pode indicar os prejuízos advindos do uso problemático de drogas, como rompimento de vínculos e perdas materiais. Na pesquisa Fiocruz/Senad (BRASIL, 2013), os usuários em situação de rua nas capitais representavam 47,3%. (Gráfico 6)

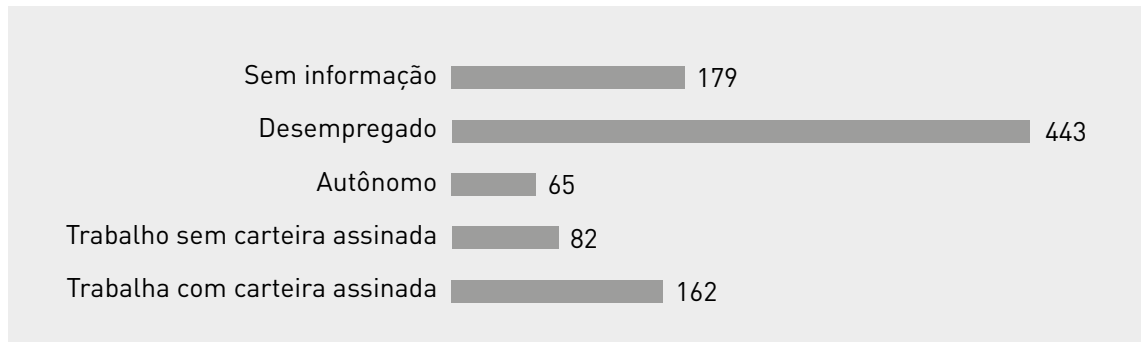
Nos prontuários pesquisados apenas 840 (74,6%) apresentaram algum tipo de informação sobre o item ocupação. Desses 52,7% estavam desempregados, 19,3% dos usuários estavam exercendo atividade profissional com carteira assinada e 28% estavam trabalhando sem carteira assinada, de forma autônoma e realizando trabalhos informais/biscates. Dos usuários em atividade 54,5% referiram receber até dois salários mínimos de renda mensal, 12% de 2 a 3 salários mínimos e apenas 3% informaram ter renda acima de 3 salários mínimos. Os demais não declararam a renda ou não constava no prontuário. (Gráfico 7)

Gráfico 6 - Moradia



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

Gráfico 7 - Ocupação/renda

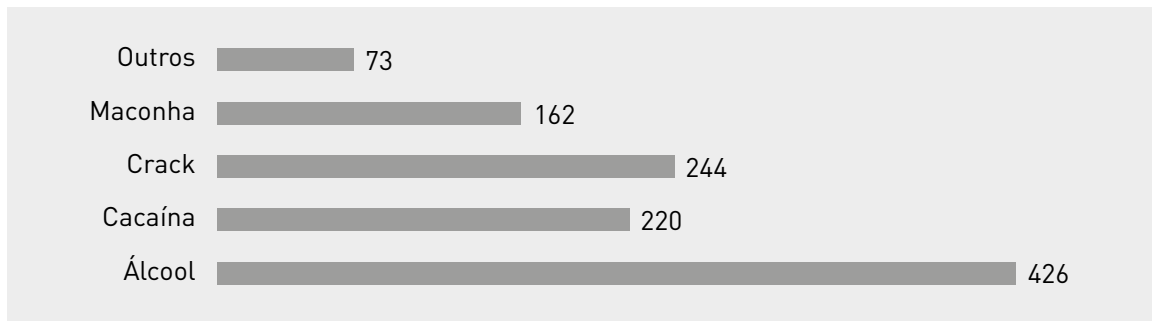


Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

O dado revelou que o uso de álcool é predominante entre os usuários atendidos nos CAPS com um percentual de 38%, seguido do crack com 21,6%, cocaína 19,5% e maconha 14,4%. Se somarmos os usuários de cocaína e de crack o percentual é de 41%. Porém, é interessante destacar que o álcool é uma droga lícita que produz muitos agravantes, tanto no nível individual como coletivo ou social. Em tempos em que a atenção para o uso de drogas está voltada para o crack, os usuários com uso problemático de álcool estão buscando atendimento nos CAPS AD em número significativo o que é, em alguma medida, surpreendente. Esse item, associado ao fator idade, confirma que os prejuízos advindos do uso problemático de álcool podem se manifestar mais tardiamente na vida das pessoas. (Gráfico 8)

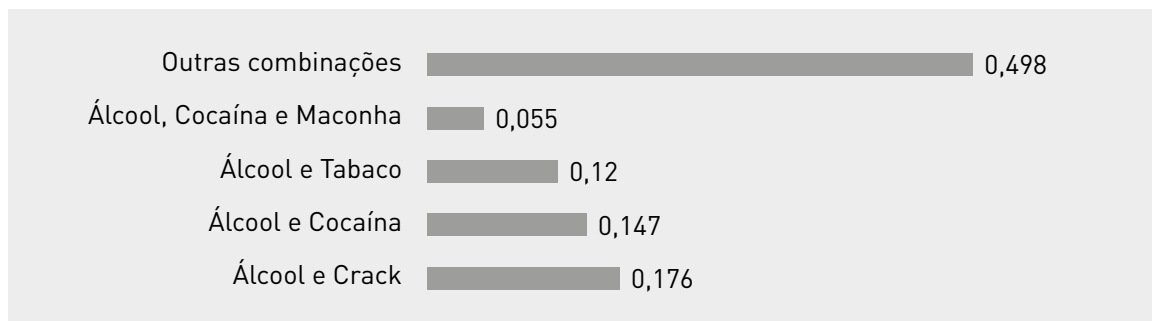
Com relação a combinações de uso, 42% dos prontuários pesquisados apresentaram registros de combinações. Destas 17,6% referem-se a álcool e crack, 14,7% álcool e cocaína, 12% álcool e tabaco, 5,5% álcool, cocaína e maconha e os demais 49,8% apresentaram outras combinações de uso. O uso de crack não ocorre de modo isolado para muitos dos usuários dos CAPS AD, nesse recorte de perfil. O álcool, droga lícita e de fácil acesso, contudo, destaca-se nas diferentes combinações com outras substâncias, podendo indicar, em muitos casos, que é o uso dessa droga que leva os usuários aos atendimentos nos CAPS AD. O estudo realizado pela Fiocruz (2014), confirma a tendência da associação de álcool com outras drogas, com referência aos efeitos físicos e psíquicos dessas combinações. (Gráfico 9)

Gráfico 8 - Droga de eleição



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

Gráfico 9 - Combinações de uso



Fonte: Banco de Dados SMS, 2015

CONSIDERAÇÕES

Apesar de o instrumento necessitar aprimoramento e, conseqüentemente, o preenchimento do mesmo, avaliamos pelos dados que foram apresentados, que o perfil dos usuários que acessam os CAPS AD aponta para algumas especificidades: são predominantemente homens, adultos, concentrados na faixa etária dos 30 aos 50 anos, brancos, com baixa renda o que pode ser associado ao fato de estarem desempregados ou sem trabalho no momento em que acessaram o CAPS AD, solteiros e morando com a família. A droga de prevalência foi o álcool, seguida do crack e cocaína. Esses dados foram apresentados aos coordenadores dos CAPS AD com objetivo de validar os resultados. Os profissionais confirmaram que é esse perfil de usuários que tem acessado os serviços.

Constatou-se que um número significativo de usuários de álcool está buscando atendimento nos CAPS AD, apesar do foco da política de drogas estar direcionado ao uso de crack. O álcool é uma das principais drogas responsável por danos e agravos à saúde, com uma prevalência de 12% de uso prejudicial ou dependência na população brasileira, segundo pesquisa nacional publicada pela Senad (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013). De acordo com Moreira (2012), o álcool e o tabaco são as drogas de maior impacto na saúde pública, assim como causas mais prevalente de mortes no Brasil. São drogas lícitas e de fácil acesso a qualquer pessoa. Todavia, o “debate sobre os agravos decorrentes do uso de álcool ficou, do ponto de vista da saúde coletiva, em segundo plano diante do alarde público produzido em torno do uso do crack” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013, p. 28). Esse dado revela que a redução do problema das drogas ao consumo de crack é contraproducente e, ao mesmo tempo, ressalta a

importância no investimento em ações que possam ampliar o escopo da atenção para usuários de todos os tipos de drogas e, em especial, de drogas lícitas como o álcool.

Uma necessidade que emerge da análise dos dados preliminares é a formulação de uma política para atenção aos usuários de álcool e outras drogas que seja amplamente debatida com a sociedade, levando em consideração a complexidade multifatorial que envolve esse campo, tanto no nível da prevenção como do tratamento. Fica evidente que uma leitura mais ampla de fatores psicossociais como coesão familiar e comunitária, além das questões de segurança, assistência social, habitação, emprego e educação, é determinante na compreensão dos agravos decorrentes do uso problemático de substâncias psicoativas.

A dimensão de uma Política de Atenção Integral às pessoas que fazem uso problemático de drogas para a cidade deve, portanto, contemplar um plano de ação que vise o fortalecimento dos vínculos de pertencimento, afeto e cuidado nas comunidades e famílias. A esse objetivo devem servir o conjunto inter-setorial de equipamentos e serviços da saúde, educação, habitação, segurança, trabalho, cultura e assistência social, entre outros.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os colegas e coordenadores dos CAPS AD de Porto Alegre pela realização da coleta dos dados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosilene Alves de. **Fatores associados ao abandono do tratamento por usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas em João Pessoa.** João Pessoa: UFPB, CCEN, 2013.

ASSIS, Jaqueline Tavares de; BARREIROS, Graziella Barbosa; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. A internação para usuários de drogas: diálogos com a reforma psiquiátrica. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 584-596, dez. 2013.

BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2014.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Porto Alegre: PMPA, ano 12, n. 44, out. 2010. Edição especial: população negra.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. **Perfil dos usuários de crack e/ou similares no Brasil**. Brasília, DF: Fiocruz, 2013. (Livreto epidemiológico).

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Política sobre Drogas. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras**. Brasília, DF: CEBRID, UNIFESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional do Ministério Público. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília, DF, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para a atuação de psicólogas/os em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. Brasília, DF, 2013.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; STEMPLIUK, Vladimir de Andrade; BARROSO, Lúcia Pereira (Org.) **Relatório brasileiro sobre drogas**. Brasília, DF: SENAD, 2009. 364 p.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores de 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

MACRAE, Edward. **A subcultura da droga e prevenção**. Salvador: UFBA, 2003. Texto Apresentado ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD).

MOREIRA, Luís Fernando. Drogas, economia, tributação e a ética liberal. **Análise Social**, Lisboa, v. 47 (3^o), n. 204, p. 632-654, 2012.

OBSERVANDO: Revista do Observatório da Cidade de Porto Alegre. As Condições Sociais da População Negra em Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, v. 3, n. 4, 2013.

RAMOS, D. K. R.; GUIMARÃES, J.; ENDERS, B. C. Análise contextual de reinternações frequentes de portador de transtorno mental. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 15, n. 37, p. 519-527, abr./jun. 2011.

VARGENS, Renata Werneck; CRUZ, Marcelo Santos; SANTOS, Manoel Antônio dos. Comparação entre usuários de crack e de outras drogas em serviço ambulatorial especializado de hospital universitário. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. esp., p. 804-812, maio/jun. 2011.